

Convite para apresentação de Proposta - Procedimento de Ajuste Direto

**AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE REGULAR DE PASSAGEIROS,
POR MODO RODOVIÁRIO E POR FUNICULAR DE ÂMBITO MUNICIPAL NA ÁREA GEOGRÁFICA DO
CONCELHO DE VISEU**

PAQ.37/2025 – EDOC/2025/10582

Em cumprimento do artigo 19º nº2 do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, RJSTPT, e artigo 24º nº1 al. c) do Código dos Contratos Públicos, CCP, convida-se Vª Exª a apresentar Proposta de acordo com o presente Convite e Caderno de Encargos.

1-Entidade adjudicante e local onde decorre o procedimento

1-A entidade pública contratante é o Município de Viseu;

2-O procedimento de concurso decorre na Divisão Financeira e de Contratação, Unidade de Contratação e Logística, da Câmara Municipal de Viseu, sita na Praça da República, 3514-501 Viseu, telefone 232 427 458, através da Plataforma Eletrónica www.acingov.pt.

2-Orgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Exmº Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, João Paulo Lopes Gouveia, de 06/02/2025, em substituição do Sr. Presidente Fernando Ruas, nos termos do nº 3 do art.º 57º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e Despacho nº 1/P, de 13 de outubro, com posterior ratificação em Reunião de Câmara.

3-Fundamento da escolha do procedimento de ajuste direto

Perante o Acordo de Resolução do Contrato de Concessão, é necessário proceder á contratação da exploração do serviço público de transporte regular de passageiros, com caráter temporário e transitório, para o período de tempo que meдея o termo do contrato de concessão e a entrada em funcionamento do novo operador escolhido em resultado de concurso público com publicitação no JOUE, num período não superior a dois anos.

Esta contratação é realizada por ajuste direto, com fundamento no artigo 19º /2 do RJSTPT e do artigo 24º/1-c) do Código dos Contratos Públicos, na medida em que estão verificados os seguintes pressupostos legais: i) A contratação é feita na medida do estritamente necessário, ou seja, como

referido, apenas pelo exato período entre o termo do contrato de concessão e a entrada em funcionamento do novo operador escolhido mediante concurso público; ii) Há um motivo de urgência imperiosa, que consiste na necessidade de assegurar a inexistência de rutura do serviço público, evitando a suspensão de um serviço público essencial, proibida pelo artigo 5º. da Lei dos Serviços Públicos Essenciais e a violação dos Níveis Mínimos de Serviço, previstos no artigo 14º e no Anexo ao RJSPTP; iii) Em resultado de acontecimentos que não eram previsíveis e não são da responsabilidade do Município, nomeadamente dum iminente abandono da concessão por parte do operador, em virtude de o défice da concessão e a sua desadequação com as necessidades reais (oferta e procura) serem estruturais e constantes nos anos de 2024 e subsequentes, e não imputáveis á pandemia Covid – 19; iv) Não podem ser cumpridos os prazos inerentes á escolha de um outro operador no mercado inerentes aos demais procedimentos pré contratuais. Pelas razões acima indicadas não é viável recorrer á contratação de um operador através de um procedimento concorrencial e aberto para assegurar a exploração do serviço público e dos níveis mínimos de serviços previstos no artigo 14º. do RJSPTP no espaço de tempo aqui em causa.

4-Regras de participação

O procedimento será desenvolvido na Plataforma Eletrónica www.acingov.pt, após prévia inscrição no procedimento.

5-Documentos que constituem a proposta

A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- 1-Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- 2-Documento com a proposta formulada nos termos do Anexo A que se junta;
- 3-Declaração de honra do cumprimento do artigo 41º -A do CCP. (Só aplicável ás aquisições de serviços nos termos do artigo 451º nº2 do CCP)
- 4 - O Plano de Rede e Oferta em conformidade com o Anexo 2
- 5 – Identificação da frota a utilizar no âmbito do contrato, e em conformidade com o previsto no Anexo 6.
- 6 – Plano de manutenção da frota em conformidade com o previsto no Anexo 7
- 7 – Plano de limpeza e Higienização da frota em conformidade com o previsto no Anexo 7
- 8 – Preenchimento do mapa com a lista dos trabalhadores em conformidade com o Anexo 8
- 9 – Declaração de cumprimento dos Anexos 3, 4, 5, 9 e 10 do Caderno de Encargos.

6-Idioma da proposta

- 1-A proposta e os documentos que a compõem devem ser apresentados em língua portuguesa.
- 2-Quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve a entidade convidada, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

7-Modo e Prazo para a apresentação da proposta

A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue, até às 23h59 do **30 dia**, a contar da data da publicação do Convite na Plataforma Eletrónica.

8-Preço base

1) Como contrapartida pela execução integral do Contrato, a partir do início do Período de Exploração, o Adjudicatário tem direito a receber do Município uma remuneração, correspondente ao somatório das seguintes partes:

a) O produto do preço unitário por veículo.kilómetro comercial constante do ponto 1) da Proposta de Exploração do Serviço Público pela produção de veículos. quilómetro comerciais efetivamente realizada em linhas concelhias;

b) O produto do preço unitário por veículo.kilómetro comercial constante do ponto 1) da Proposta de Exploração do Serviço Público pela produção de veículos.kilómetro comerciais efetivamente realizada em circuitos urbanos;

c) O produto do preço unitário por hora constante do ponto 1) da Proposta de Exploração do Serviço Público pelo número de horas de produção efetivamente realizadas no Funicular.

2) Os preços unitários indicados na Proposta de Exploração do Serviço Público a que se refere o número anterior não pode exceder o preço máximo unitário de:

a) € 2,3642/veíc.km comercial (dois euros e três mil, seiscentos e quarenta e dois décimos de milésimo de euro por cada veículo quilómetro comercial) para as linhas concelhias;

b) €1,57/veíc.km comercial (um euro e cinquenta e sete cêntimos por cada veículo quilómetro comercial) para os circuitos urbanos;

c) €104,50/hora (cento e quatro euros e cinquenta cêntimos por cada hora) para o Funicular;

3) Para efeitos do disposto no n.º 1, apenas serão contabilizados os veículos.km comerciais das linhas concelhias e dos circuitos urbanos e as horas de Funicular efetivamente produzidos e reportados pelo Sistema de Apoio à Exploração, não podendo os mesmos exceder, em cada Circulação, os previstos no Plano de Rede e Oferta que se encontre em vigor, exceto nos casos devidamente justificados de situações de emergência ou de alteração à circulação rodoviária.

4) Caso, por força do disposto nas Cláusulas 13.ª e 16.ª, C.E., o Adjudicatário realize uma produção diferente do valor de produção de referência definida no Anexo 1 (Rede), a remuneração prevista no n.º 1 é objeto de ajustamento num dos termos seguintes:

a) Caso, em cada uma das componentes de linhas concelhias, circuitos urbanos ou Funicular, respetiva produção anual realizada pelo Adjudicatário no âmbito da Prestação de Serviços seja superior

ao valor de produção de referência em até 1% (um por cento), não há lugar a qualquer ajustamento da remuneração; ou

b) Caso, em cada uma das componentes de linhas concelhias, circuitos urbanos ou Funicular, a produção realizada pelo Adjudicatário no âmbito da Prestação de Serviços no ano seja superior ao valor de produção de referência em até 10 % (dez por cento), o Adjudicatário tem direito a receber do Município um valor correspondente à multiplicação do respetivo preço unitário constante do ponto 1) da Proposta de Exploração do Serviço Público pela produção efetivamente realizada.

5) Para efeitos do disposto no número anterior, não são tidos em conta:

a) Os veículos.kilómetro ou as horas realizados pelo Adjudicatário fora do exercício da Prestação de Serviços;

b) Os veículos.kilómetro em vazio realizados na Prestação de Serviços pelo Adjudicatário;

c) Os veículos.kilómetro ou horas dos serviços que o Adjudicatário prestou ou deixou de prestar de acordo com as decisões de ajustamento pontual adotadas pelos Municípios nos termos da Cláusula 15.ª C. E. com invocação expressa do artigo 31.º do RJSPTP.

6) A remuneração atribuída ao Adjudicatário ao abrigo da presente cláusula constitui a única contrapartida pecuniária que lhe é devida pelo Município pelo cumprimento do Contrato e das obrigações nele previstas, sem prejuízo das penalizações que possam aplicar-se por avaliação de desempenho nos termos da Cláusula 19.ª C.E.

7) A remuneração inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de direitos de propriedade industrial ou intelectual, ou de quaisquer licenças.

8) Para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base do procedimento para os dois anos é de € 9 054 147,718 (nove milhões, cinquenta e quatro mil cento e quarenta e sete euros e setecentos e dezoito cêntimos). Sendo o valor anual de € 4 527 073,859 (quatro milhões, quinhentos e vinte sete mil e setenta e três euros e oitocentos e cinquenta e nove cêntimos.), correspondente ao somatório das várias parcelas de multiplicação dos valores máximos unitários referidos no n.º 2 pelas respetivas máximas produções a realizar de acordo com o Anexo 1 (Rede), acrescidas do ajustamento previsto nos n.ºs 4 e 5.

9) Aos valores indicados na presente Cláusula acresce o IVA à taxa legal em vigor.

9-Faturação e Pagamento

1) Até ao oitavo dia de cada mês, o Adjudicatário deve enviar ao Município um relatório mensal, elaborado nos termos do Anexo 9 (Reporte), que inclui a seguinte informação:

a) As produções quilométricas e horária mensais realizadas pelo Adjudicatário no âmbito da Prestação de Serviços no mês anterior;

b) A identificação de qualquer desvio da produção quilométrica comercial ou horária mensal, face à produção prevista no Plano de Rede e Oferta relativa ao mês anterior;

c) O valor provisório do acerto mensal para ajustamento à produção mensal efetivamente realizada, caso haja lugar à sua aplicação, referente ao mês anterior, calculado nos termos do n.º 4 da Cláusula 54.ª, C.E. com os devidos ajustamentos para uma base de apuramento mensal;

d) Número de validações realizadas em cada linha e paragem no âmbito da Prestação de Serviços, no mês anterior;

e) Número de Títulos e suportes de Títulos comercializados, relativamente a Títulos monomodais válidos no Serviço Público, bem como as respetivas receitas, referentes ao mês anterior;

f) Número de Títulos e suportes de Títulos comercializados, relativamente a Títulos intermodais, válidos no Serviço Público e noutras redes de transporte, bem como as respetivas receitas, na parte que cabe ao Serviço Público, referentes ao mês anterior. Caso a informação relativa a estes títulos não esteja disponível nesta data, a base de reporte deverá ser o penúltimo mês;

g) A informação sobre penalizações por desempenho a aplicar ao Adjudicatário, nos termos da Cláusula 19.ª CE, relativa ao mês anterior.

2) Com base nas informações constantes do número anterior, o relatório mensal a remeter pelo Adjudicatário deverá conter um apuramento do valor mensal provisório a faturar pelo Adjudicatário ao Município, referente ao mês anterior, dado pela fórmula seguinte:

$$Fatura_{n} = (VKC_n^{lc} \times PU_{VK}^{lc}) + (VKC_n^{cu} \times PU_{VK}^{cu}) + (VH_n^F \times PU_{VH}^F) - Penaliza_{n}$$

Em que:

- $Fatura_{n}$ corresponde ao valor a faturar relativamente aos Serviços Prestados no mês anterior "n";

- VKC_n^{lc} corresponde ao número total de veículos.kilómetro comerciais em linhas concelhias efetivamente realizados no mês anterior "n". O número de veículos.kilómetro comercial efetivamente realizados em cada Circulação, utilizado para efeitos de cálculo, deverá ser arredondado à centena de metros, não podendo ser superior ao valor previsto no Plano de Rede e Oferta em vigor para essa Circulação;

- PU_{VK}^{lc} corresponde ao preço unitário por veículo quilómetro comercial das linhas concelhias que se encontre em vigor, apurado nos termos da Cláusula 54.ª C.E.;

- VKC_n^{cu} corresponde ao número total de veículos.kilómetro comerciais em circuitos urbanos efetivamente realizados no mês anterior "n". O número de veículos.kilómetro comercial efetivamente

realizados em cada Circulação, utilizado para efeitos de cálculo, deverá ser arredondado à centena de metros, não podendo ser superior ao valor previsto no Plano de Rede e Oferta em vigor para essa Circulação;

- PU_{VK}^{cu} corresponde ao preço unitário por veículo quilómetro comercial dos circuitos urbanos que se encontre em vigor, apurado nos termos da Cláusula 54.ª;

- VH_n^{lc} corresponde ao número total de horas de funcionamento do Funicular em efetivamente realizadas no mês anterior "n". O número de horas efetivamente realizadas, utilizado para efeitos de cálculo, deverá ser arredondado ao minuto, não podendo ser superior ao valor previsto no Plano de Rede e Oferta em vigor para essa Circulação;

- PU_{VH}^F corresponde ao preço unitário por hora de Funicular que se encontre em vigor, apurado nos termos da Cláusula 54.ª;

- $Penalizações_n$ corresponde ao valor global de penalizações, calculado nos termos da Cláusula 19.ª do CE, relativamente ao mês "n" anterior.

3) O relatório mensal a remeter pelo Adjudicatário nos termos do n.º 1 deverá ainda conter um apuramento das receitas tarifárias provisórias a entregar ao Município, relativamente ao mês anterior.

4) Em conjunto com o relatório indicado no n.º 1, o Adjudicatário deverá emitir a correspondente fatura relativa ao mês anterior, apurada nos termos do n.º 2 da presente Cláusula, a qual tem obrigatoriamente de expurgar os montantes efetivamente cobrados pelo Adjudicatário aos utentes do serviço de transporte naquele mês. A referida fatura será paga pelo Município até ao último dia do mês seguinte.

5) Caso sejam identificadas incorreções ou divergências quanto aos valores apurados no relatório produzido pelo Adjudicatário, o Município procede à sua comunicação ao Adjudicatário, devendo ser emitida a respetiva nota de crédito ou nota de débito para correção da fatura, a qual será paga após a receção dos referidos documentos.

6) Com o relatório relativo ao último mês de cada ano contratual, procede-se ao apuramento dos valores anuais definitivos, bem como, ao acerto anual que houver lugar dos valores provisórios mensais apurados nos relatórios mensais desse ano contratual.

7) Os valores a que se refere a presente Cláusula podem ser corrigidos em consequência de ações de fiscalização, monitorização e auditoria desenvolvidos pelo Município ou em resultado de reclamação apresentada pelo Adjudicatário, sendo os ajustes a que houver lugar objeto de acerto no pagamento seguinte, mediante a emissão dos documentos nos termos legais.

8) Em toda a correspondência e faturação relativa ao Contrato, deverá o Adjudicatário indicar o número sequencial de compromisso indicado no Contrato, sob pena de não serem pagos os respetivos valores, ao abrigo do artigo 9.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

10-Caução

1) Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o Adjudicatário fica obrigado a prestar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da

notificação da adjudicação, uma caução, efetuada através de depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário, em conformidade com o modelo constante do Convite, sem alusão a qualquer prazo de validade, cujo valor corresponde a 5% do preço contratual.

2) Todas as despesas e os encargos relacionados com a caução são suportados pelo Adjudicatário.

3) A caução a que se refere o n.º 1 é incondicional e irrevogável, devendo a respetiva instituição bancária proceder ao pagamento de quaisquer quantias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após notificação para o efeito pelo Município, sem quaisquer reservas, não podendo opor qualquer reclamação de direito ou de facto ou por qualquer forma questionar a justeza ou conformidade do pedido ou da sua conformidade com o disposto no Contrato, constituindo obrigação autónoma e própria da instituição bancária garante.

4) O Município pode executar a caução, para satisfação das importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento de quaisquer obrigações legais, pré-contratuais ou contratuais do Adjudicatário, designadamente quando este não proceda ao pagamento de sanções contratuais pecuniárias, não efetue o pagamento de custos ou despesas da sua responsabilidade e que o Município tenha que incorrer nos termos previstos no Contrato, ou ainda quando tal se revele necessário em resultado da aplicação de disposições contratuais.

5) Sempre que o Município execute a totalidade ou parte da caução, o Adjudicatário deve proceder à reposição do respetivo montante no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação que, para o efeito, lhe seja efetuada pelo Município; caso contrário estes podem fixar-lhe um prazo adicional para o efeito, durante o qual lhe pode aplicar uma sanção pecuniária por cada dia de atraso de acordo com o disposto na Cláusula 65.º, ou pode resolver o Contrato.

6) O Município promove a liberação integral da caução no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento de todas as obrigações do Adjudicatário.

7) A liberação da caução prevista no número anterior é feita mediante declaração escrita emitida pelo Município.

11-Documentos de habilitação/Adjudicatário

1) Declaração emitida conforme o Anexo II do CCP assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial;

2) Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;

3) Certidão da Conservatória do Registo Comercial, acompanhada dos documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, se necessário;

4) Declaração de inexistência de impedimentos, conforme o Modelo Q, para o cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho, cuja omissão determina a caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 87º-A do CCP.

5)Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE. (Não aplicável a entidades em nome individual, nem a entidades públicas). Tendo em atenção o disposto no nº1, b) do artigo 37º da Lei nº89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87º-A do CCP e 86º nº1 do CCP.

6)Documento com a indicação do IBAN da entidade.

7)Certificação de PME ou outra, para efeitos de faturação eletrónica.

12-Modo e prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1)Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada.

2)Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação;

3)O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar á caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º é de 5 dias;

4)Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

13-Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1)Os esclarecimentos necessários á boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito através da plataforma eletrónica de contratação pública da Acingov, disponível no Portal www.acingov.pt dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, conforme estatuído no nº1 do art. 50º do CCP.

2)A competência para a análise dos pedidos de esclarecimentos caberá ao órgão competente para a decisão de contratar.

14-Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

15-Critério de Adjudicação

Não se aplica.

16-Duração

1) O Contrato tem caráter temporário e transitório, e vigorará no período de tempo que medeia o termo do contrato de concessão e a entrada em funcionamento do novo operador escolhido em resultado de concurso público com publicação no JOUE, num período não superior a dois anos.

2) O Contrato produz efeitos não financeiros a partir da data da sua assinatura, em virtude de ser celebrado na sequência de procedimento de ajuste direto por motivos de urgência imperiosa, nos termos do disposto no artigo 45.º/5 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. O Contrato apenas produzirá efeitos financeiros após decisão de não oposição ao mesmo emitida pelo Tribunal de Contas em sede de processo de fiscalização prévia, designadamente de não sujeição a fiscalização prévia ou de emissão de visto prévio ou de declaração de conformidade, nos termos do disposto no artigo 45.º/1 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. Em caso de decisão de oposição do Tribunal de Contas, cessará a produção de efeitos do Contrato, sendo os serviços prestados pagos nos termos do disposto no artigo 45.º/3 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

3) O Contrato tem a as seguintes fases, nos termos estabelecidos nas Cláusulas seguintes:

a) Período de Transição Inicial: entre as 00h00 do dia da sua assinatura e no máximo até às 23h59 do 60º (sexagésimo) dia.

b) Período de Exploração: dois anos a contar das 00h00 do dia seguinte ao termo do período de transição inicial, ou às 23h59 do dia anterior à data do início do período de exploração do contrato de serviço público a celebrar, na sequência do procedimento pré contratual, entre o município de Viseu com um operador de transporte, que tem por objeto a aquisição, pelo Município de prestação do serviço público de transporte rodoviário e por funicular de passageiros, se este ocorrer primeiro, realizando-se nesse caso a redução proporcional do contrato.

c) Período de Transição Final: desde o dia seguinte ao termo do Período de Exploração e tem a duração de 6 (seis) meses.

17-Período de Transição Inicial

1) Durante o Período de Transição Inicial o Adjudicatário não assume obrigações de Operação e Manutenção, devendo obter, nos termos legalmente aplicáveis, todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias para o exercício das atividades objeto do Contrato, assim como desenvolver todas as ações de preparação da sua estrutura e equipamentos que se mostrem adequadas e necessárias à prestação do Serviço Público, designadamente a implementação de formação adequada e obtenção de adequado conhecimento do Serviço Público.

2) Durante este período, o Adjudicatário compromete-se ainda a estabelecer, com o Município e com os demais Operadores de Serviço Público que operem na área territorial do Município, todos os

procedimentos e colaboração necessários à articulação das atividades incluídas no Contrato, sem quebra nem interrupção de continuidade do Serviço Público e com os níveis de qualidade contratualizados, iniciando a implementação das medidas de transição com a antecedência necessária.

3) O Adjudicatário deve informar o Município, dentro do Período de Transição, das medidas e ações que pretende adotar para efeitos da presente cláusula, podendo o Município, no âmbito dos seus poderes de direção, caso verifique que as ações e medidas a adotar são manifestamente insuficientes e/ou desadequadas para cumprir os objetivos do Período de Transição, emitir ordens e orientações a que o Adjudicatário fica vinculado, nos termos legais.

4) A informação exigida no número anterior deve ser feita por escrito com identificação e caracterização detalhada de cada medida ou ação que o Adjudicatário se propõe desenvolver, acompanhada do planeamento que evidencia a exequibilidade dessas medidas ou ações dentro do Período de Transição, bem como a sua adequação e suficiência para reunir as condições necessárias para iniciar, de forma plena, o exercício das atividades abrangidas pelo Contrato na data de início do Período de Exploração.

5) Sem prejuízo de outras obrigações previstas no Caderno de Encargos e nos respetivos Anexos, o Adjudicatário deve, antes do termo do Período de Transição Inicial, apresentar ao Município:

a) Os documentos comprovativos de todas as licenças e autorizações necessárias para a Prestação de Serviços;

b) Os contratos celebrados com vista a garantir a disponibilidade da Material Circulante necessária para a Prestação de Serviços, nos termos da Cláusula 29.ª;

c) Os documentos que atestem a conformidade dos sistemas e equipamentos tecnológicos com os requisitos técnicos previstos no Caderno de Encargos;

d) O primeiro Plano de Rede e Oferta, nos termos da Cláusula 11.ª;

e) Os pedidos de subcontratação que considere necessários;

f) A lista de recursos humanos nos termos previstos na Cláusula 36.ª;

g) Os documentos comprovativos das apólices de seguros contratadas nos termos da Cláusula 42.ª;

h) O plano de manutenção, incluindo reparações de avarias, substituição e renovação dos bens integrantes do Contrato, designadamente Material Circulante, instalações e equipamentos, designadamente nos termos da Cláusula 32.ª;

i) Os planos de limpeza e higienização da Material Circulante, das instalações e dos equipamentos a utilizar pelo público, nos termos da Cláusula 32.ª;

j) O plano de emergência ou medidas de autoproteção, nos termos da Cláusula 40.ª;

l) Todos os demais documentos que se revelem necessários para demonstrar que o Adjudicatário reúne as condições necessárias para o exercício das atividades de Operação e Manutenção.

6) No caso de o Adjudicatário tomar conhecimento que não será possível reunir, findo o Período de Transição Inicial, as condições necessárias para a assunção plena de todas as obrigações do Contrato por facto que não lhe seja imputável, o Adjudicatário deve informar imediatamente o Município, podendo este, tendo em conta a informação fundamentada prestada, conceder-lhe uma prorrogação da duração do Período de Transição Inicial para a conclusão das diligências em falta.

7) O incumprimento do dever de informação referido no número anterior exclui o direito do Adjudicatário de invocar o facto não imputável verificado para justificar o seu incumprimento das obrigações do Contrato.

8) A duração da prorrogação referida no n.º 6 depende do tipo e da gravidade dos factos invocados não imputáveis ao Adjudicatário, bem como da ponderação pelo Município da urgência no início da Operação.

9) A não verificação, findo o Período de Transição Inicial, das condições necessárias para a assunção plena de todas as obrigações do Contrato por facto imputável ao Adjudicatário configura um evento de incumprimento imputável ao Adjudicatário e confere ao Município o direito de aplicar sanções, nos termos da Cláusulas 65.ª e 66.ª ou, caso a gravidade o justifique, de promover a resolução do Contrato, nos termos da Cláusula 68.ª.

18-Período de Exploração

1) O "Período de Exploração" corresponde ao período durante o qual o Adjudicatário se obriga a prestar o Serviço Público objeto do Contrato e a realizar as demais atividades e serviços compreendidos no objeto do Contrato.

2) Durante o Período de Exploração, o Adjudicatário deve cumprir integralmente todas as obrigações constantes da lei aplicável e do Contrato, não sendo admitida qualquer interrupção ou quebra de continuidade nas atividades objeto do Contrato, salvo situações especialmente previstas na lei ou no Contrato.

19-Período de Transição Final

1) O "Período de Transição Final" inicia-se no dia seguinte ao fim do Período de Exploração e decorre até à data do termo do Contrato, nos termos estabelecidos na Cláusula 5.ªC.E.

2) O Período de Transição Final tem como objetivo permitir assegurar o cumprimento das obrigações de reporte e finalizar qualquer assunto pendente da execução do Contrato, nos termos da Cláusula 71.ªC.E.

20- Tratamento de Dados Pessoais

1) Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento serão tratados em estrita observância com as regras e normas do regulamento geral sobre a proteção de dados ("RGPD") – Regulamento (EU) 2016/679 do parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, da Lei nº58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD ("LERGPD"), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, devendo, após a adjudicação do contrato, ser eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigações legais.

2) A disposição constante do número anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.

3) Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado no RGPD e LERGPD.

21-Parecer Prévio

Nos termos do artigo 36º nº5 do CCP, refere-se que foi emitido pela AMT, Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, o Parecer nº91/AMT/2024, de 19 de dezembro, nos termos do consignado na alínea a), j), k) e m) do nº1 e da alínea a) do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº78/2014, de 14 de maio.

22-Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite observar-se-á o disposto no CCP aprovado pelo Decreto-lei nº18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual e o RJSPTP.

João Paulo Lopes Gouveia

Vice-Presidente

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO A

MODELO DE PROPOSTA

(Nome, estado, profissão e morada, e/ou firma e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento (Designação do Procedimento), obriga-se a executar a prestação de serviços, em conformidade com o mesmo, pelo Valor global de €, (por extenso e por algarismos).

A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Valor total da proposta: €

Condições de pagamento -

Período de execução -

Prazo de manutenção da proposta (em conformidade com artº 65º do D.L. 18/2008)

Data e assinatura:



Modelo Q

Declaração de inexistência de impedimentos

(Declaração para cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho) (1)

Nome: _____

número de documento de identificação: _____

morada: _____

Na qualidade de representante(s) legal(ais) da firma _____ com NIF _____
concorrente/candidato no procedimento de contratação
pública _____

Declaro que não me encontro em nenhuma das situações previstas nos números 1 a 5 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho;

Indicação da relação em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos números 9 a 11 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho _____

_____, ____/____/____

(1) Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos